



# PEFISA S.A.

## CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 43.180.355/0001-12

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### INTRODUÇÃO

O ano de 2024 foi marcado pela consolidação de iniciativas e definição de estratégias que têm se mostrado assertivas. Paralelamente, a marca enfrentou desafios com o elevado índice de inadimplência das carteiras em maturação, originada pela expansão da Pernambuco e pelas parcerias em que a PEFISA atua com a oferta de *Banking as a Service* (BaaS). Somado a isso, o cenário externo também se mostrou desafiador pelo aumento da concorrência, excesso de oferta de crédito e aumento na taxa de juros. Diante disso, a PEFISA efetivou revisões importantes nos modelos e nas políticas de concessão de crédito, tanto nas parcerias quanto na Pernambuco, trabalhando com um cenário mais restritivo, porém mais eficiente. A partir da formação de safas mais rentáveis, desde o último trimestre de 2023, já foi possível identificar uma melhora progressiva da inadimplência e com boas perspectivas para o ano de 2025.

Além disso, a Financiadora apresentou evolução relevante na operação de cobrança, tanto das carteiras de atraso mais curtas, quanto nas de atraso mais longo. Concluiu a troca de fornecedores, redistribuiu as carteiras entre os escritórios de cobrança e revisou as estratégias de régua e comissionamento. Paralelamente, iniciou testes de internalização de cobrança nas carteiras de atraso mais longo, que se mostraram positivos, e intensificou a cobrança digital, melhorando a eficiência de custos. Em dezembro de 2024, a PEFISA obteve a melhor performance de cobrança no histórico recente.

#### FIDELIZAÇÃO

Com o objetivo de criar diferenciais para gerar maior engajamento dos clientes e, consequentemente, maior recorrência de compra e aumento de *spending*, a PEFISA apostou no conceito de "principalidade" – movimento para se tornar o primeiro banco quando o cliente pensa em serviços financeiros.

Neste sentido, a marca lançou em outubro de 2024 o Programa de Benefícios "Prime", reunindo um pacote de benefícios e vantagens atrativas ao cliente, associados a compras no varejo, além de serviços financeiros. Com o objetivo de fidelizar, fortalecer o relacionamento com os clientes e melhorar os índices de recorrência, o Prime foi um sucesso de vendas e já apresenta impactos positivos na frequência de utilização de nossos cartões. Somente nesse período, o programa atingiu 450 mil clientes ativos, finalizando o ano com uma receita de, aproximadamente R\$ 3 milhões, com incremento de 6% no gasto médio nas lojas da Pernambuco e 4% no *ticket* médio nas lojas.

#### CRESCIMENTO FINANCEIRO

O crescimento da PEFISA foi de 24% no faturamento em relação ao ano anterior. Já as receitas totais cresceram 12,7% no ano, principalmente pela receita de juros e tarifas. A carteira média de crédito cresce 8% e na carteira ponta apresenta queda de 10%. Apesar da redução da produção de novos cartões com adequação de apetite de risco, seguimos com a estratégia de crescimento na produção de consignados e novas parcerias melhorando a composição de risco de carteira.

Em 31 de dezembro de 2024, o indicador de *over 90* foi de 22,2% contra 21,3% em 31 de dezembro de 2023. Atuamos de forma mais restrita nas políticas de concessão e manutenção da carteira e em conjunto com as ações de cobrança como (i) revisão das políticas de acordo, (ii) aprimoramento dos modelos de *collection* e (iii) estratégias com canais digitais, implicaram em melhora nos *laggeds* em praticamente todas as faixas de atraso. Apesar dessa melhora, tivemos uma desaceleração maior na carteira comercial que é mais sensível às políticas de crédito, impactando diretamente no indicador de *over 90*.

Importante ressaltar que com a entrada da Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, passaremos a ter novos patamares nesse indicador que deverá crescer por mudança de conceito até o início do segundo semestre de 2025.

#### PARCERIAS

O segmento de *Banking as a Service* (BaaS) da PEFISA tem avançado continuamente e possibilitado que a Financiadora continue sendo reconhecida nessa importante frente de negócio. Em 2024, o Palmeiras Pay, ecossistema de experiências, serviços e vantagens aos palmeirenses, atingiu a marca de 900 mil contas abertas, estando presente em quase todo o território nacional.

Com elas, os torcedores já movimentaram, desde a criação em 2023, mais de R\$ 1 bilhão. Além disso, o Palmeiras Pay totalizou R\$ 1 milhão em faturamento com os seguros oferecidos dentro do ecossistema.

Paralelamente, a Leroy Merlin Pay, plataforma financeira da varejista, completou um ano em 2024 e totalizou 180 mil contas abertas com mais de R\$ 1 bilhão em faturamento. A parceria tem sido igualmente importante, especialmente pelo crescimento da base de clientes de alta renda, o que tem contribuído com a redução da inadimplência. Recentemente, a plataforma financeira lançou o cartão Pro, direcionado a profissionais da construção como pintores, eletricitistas, marceneiros etc., com vantagens específicas a esse público.

Para melhorar os indicadores de inadimplência das parcerias, a PEFISA ajustou as políticas de concessão de crédito, especialmente nos canais digitais que apresentam piores indicadores. Mesmo na Leroy Merlin, cuja concessão de crédito ainda ocorre exclusivamente nas lojas, também foi possível observar um avanço significativo da carteira de crédito, apresentando bons indicadores.

#### CANAL PRÓPRIO

Além de consolidar sua atuação no canal próprio, as lojas PEFISA ingressaram em um novo modelo, denominado *store in store*, ou seja, dentro das lojas da Pernambuco. A nova estratégia tem como objetivo proporcionar ao cliente uma experiência ainda mais completa, com mão de obra especializada em ambas as lojas e, como consequência, aumentar o fluxo de consumidores.

Além disso, com o novo modelo, a marca passou a focar em produtos consignados (INSS e FGTS), obtendo uma evolução na carteira de consignados, receita importante de médio e longo prazo já que contribui com o índice de inadimplência geral da carteira. A abertura da primeira loja PEFISA no novo formato ocorreu em maio de 2024 na loja da Pernambuco em Capão Redondo, zona sul de São Paulo. Em seguida, mais duas unidades foram inauguradas no Rio de Janeiro, sendo uma na Via Light em Nova Iguaçu e outra em São Gonçalo.

#### REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS

Em agosto de 2024, a PEFISA assinou um acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para regularizar débitos em aberto inscritos na dívida ativa da união. O acordo possibilitou a amortização com créditos tributários de propriedade da sua controladora indireta (Arthur Lundgren Tecidos S.A.), adquiridos pela PEFISA através de uma cessão onerosa no valor de R\$ 243.000, os quais foram utilizados para aumentar o capital social da PEFISA.

O valor total do acordo foi de R\$ 523.225, pagos R\$ 242.940 com créditos tributários da controladora e o saldo remanescente, de R\$ 280.285, pagos através de uma parcela de R\$ 226.633 em 31 de outubro de 2024 e 12 parcelas mensais de R\$ 4.471.

#### CAPACIDADE FINANCEIRA

Declaramos possuir a capacidade financeira necessária e a firme intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento". Esta decisão reflete nossa estratégia de investimento de longo prazo e nosso compromisso com a estabilidade financeira e o crescimento sustentável da organização.

#### FORTELECIMENTO DA ESTRUTURA DE CAPITAL

Para suportar nosso crescimento e fazer frente aos riscos inerentes ao negócio, recebemos R\$ 263.000 de aporte de capital no segundo semestre de 2024, garantindo o cumprimento das exigências regulatórias e fortalecendo nossa estrutura financeira.

Conforme resultados observados no estudo técnico sobre a capacidade da Financiadora em gerar resultados tributáveis futuros e, por consequência, a realização dos créditos tributários conforme nota explicativa 11b, a PEFISA reforça seu compromisso em oferecer um excelente atendimento aos nossos clientes e em satisfazer suas necessidades financeiras de forma eficiente e responsável.

(\*) Números não auditados.

São Paulo, 22 de abril de 2025.

A Diretoria

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2024			31/12/2023		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
<b>Disponibilidades</b>	4	91.589	52.658			
<b>Instrumentos financeiros</b>		5.365.653	5.612.854			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	300.057	617.986			
Títulos e valores mobiliários	6	406.675	264.809			
Operações de crédito	8	4.157.333	4.482.958			
Outros instrumentos financeiros	10	501.588	247.101			
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(793.981)	(848.265)			
<b>Créditos tributários</b>	11	432.760	340.311			
<b>Outros ativos</b>	12	321.391	359.683			
Investimento em participação em Controlada		13.035	7.622			
Imobilizado	13	3.275	264.483			
Intangível	13	300.534	161.527			
(-) Depreciação	13	(915)	(550)			
(-) Amortização	13	(127.244)	(110.672)			
<b>Total do ativo</b>		<b>5.606.097</b>	<b>5.839.651</b>			

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024			31/12/2023		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos</b>		2.611.417	2.523.810			
Instituições financeiras	14	2.552.576	2.472.556			
Outros clientes	14	58.841	51.254			
<b>Provisões</b>	15	17.042	524.556			
Passivos contingentes		17.042	524.556			
<b>Outros passivos</b>	16	1.991.312	2.042.116			
<b>Patrimônio líquido</b>	17	986.326	749.169			
Capital social		871.000	508.000			
Reservas		115.326	241.169			
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.606.097</b>	<b>5.839.651</b>			

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2º semestre			
	Nota	2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		614.197	1.275.021	1.222.872
Operações de crédito	8	575.729	1.205.855	1.121.804
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6	23.110	41.960	69.133
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	15.358	27.206	31.935
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		(159.939)	(309.730)	(333.361)
Operações de captação no mercado	14	(159.939)	(309.730)	(333.361)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		454.258	965.291	889.511
<b>Provisão para perdas</b>		(294.482)	(593.451)	(890.421)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(294.482)	(593.451)	(890.421)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		(319.516)	(589.818)	(91.757)
Receitas de prestação de serviços	18	190.858	387.552	329.991
Resultado de participação em controlada		2.070	5.413	5.715
Despesas de pessoal	19	(28.261)	(46.280)	(43.613)
Outras despesas administrativas	20	(247.066)	(410.265)	(285.316)
Despesas tributárias	21	(44.120)	(103.073)	(114.639)
Outras receitas / despesas operacionais	22	(192.997)	(423.165)	16.105
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários</b>		(159.740)	(217.978)	(92.667)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		64.319	92.135	53.723
Provisão para imposto de renda		-	(284)	(1.420)
Provisão para contribuição social		-	(30)	(347)
Ativo fiscal diferido	11	64.319	92.449	55.490
<b>(Prejuízo) do semestre / exercícios</b>		<b>(95.421)</b>	<b>(125.843)</b>	<b>(38.944)</b>
<b>(Prejuízo) por lote de mil ações - R\$</b>		<b>(0,1096)</b>	<b>(0,1445)</b>	<b>(0,0767)</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	2º semestre			
	Nota	2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>Resultado líquido do semestre / exercícios</b>		<b>(95.421)</b>	<b>(125.843)</b>	<b>(38.944)</b>
Outros resultados abrangentes do período		-	-	-
<b>Resultado abrangente do semestre / exercícios</b>		<b>(95.421)</b>	<b>(125.843)</b>	<b>(38.944)</b>

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reserva legal	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital	Aumento de capital		Reserva estatutária	Reserva estatutária		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2023</b>		298.000	-	59.600	220.513	-	-	578.113
Aumento de capital social	17	150.000	60.000	-	-	-	-	210.000
Prejuízo		-	-	-	-	(38.944)	(38.944)	(38.944)
Absorção de prejuízos:								
Reservas estatutárias	17	-	-	-	(38.944)	38.944	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>448.000</b>	<b>60.000</b>	<b>59.600</b>	<b>181.569</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>749.169</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>150.000</b>	<b>60.000</b>	<b>-</b>	<b>(38.944)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>171.056</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>		<b>448.000</b>	<b>60.000</b>	<b>59.600</b>	<b>181.569</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>749.169</b>
Aumento de capital social	17	423.000	(60.000)	-	-	-	-	363.000
Prejuízo		-	-	-	-	(125.843)	(125.843)	(125.843)
Absorção de prejuízos:								
Reservas estatutárias	17	-	-	-	(125.843)	125.843	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>871.000</b>	<b>-</b>	<b>59.600</b>	<b>55.726</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>986.326</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>423.000</b>	<b>(60.000)</b>	<b>-</b>	<b>(125.843)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>237.157</b>
<b>Saldos em 01 de julho de 2024</b>		<b>608.000</b>	<b>-</b>	<b>59.600</b>	<b>181.569</b>	<b>(30.422)</b>	<b>-</b>	<b>818.747</b>
Aumento de capital social	17	263.000	-	-	-	-	-	263.000
Prejuízo		-	-	-	-	(95.421)	(95.421)	(95.421)
Absorção de prejuízos:								
Reservas estatutárias	17	-	-	-	(125.843)	125.843	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>871.000</b>	<b>-</b>	<b>59.600</b>	<b>55.726</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>986.326</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>263.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(125.843)</b>	<b>30.422</b>	<b>-</b>	<b>167.579</b>

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



# PEFISA S.A.

## CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 43.180.355/0001-12

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (...continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**  
APEFISAS.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financiadora"), com sede na Rua da Consolação, nº 2.411 - Consolação, São Paulo, foi constituída em 21 de março de 1980.  
A Financiadora, *fintech* e braço financeiro do Grupo Pernambucanas, tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços e para capital de giro, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas e não vedadas para as sociedades de crédito, financiamento e investimento. A Financiadora é emissora e administra cartões de crédito e contas de pagamento, podendo ainda praticar as atividades a estas afins e os demais procedimentos necessários para a sua colocação no mercado, na forma da legislação em vigor, sendo participante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).  
A Controladora, presente no setor varejista há 116 anos, está implementando uma profunda transformação estratégica com o objetivo de fortalecer sua posição competitiva e aprimorar substancialmente os resultados operacionais e financeiros. Essa transformação engloba uma série de iniciativas que abrangem diversas áreas do negócio e que estão sendo conduzidas de forma integrada e sistemática.  
Dentro do conjunto de iniciativas, a Financiadora é uma das frentes de trabalho. Essas frentes permitem que a Arthur Lundgren endee, de forma segmentada e coordenada, os principais desafios e oportunidades de cada área, garantindo sinergia entre projetos e alinhamento às metas de transformação.  
A Administração da Controladora acredita que as ações tomadas permitirão o reestabelecimento do equilíbrio econômico do Grupo nos próximos doze meses, razão pela qual elaborou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas no pressuposto da continuidade operacional.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e demais disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020 que foi consolidada pela Resolução BCB nº 367/2024, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.  
Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências, nos estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Os saldos entre Circulante e Não Circulante estão demonstrados nas notas explicativas.  
As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Financiadora é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.  
As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 22 de abril de 2025.

**3. Principais práticas contábeis**  
**(a) Apuração do resultado**  
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.  
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.  
**(b) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com prazo igual ou inferior a 90 dias, entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Financiadora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de curto prazo.  
**(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.  
**(d) Títulos e valores mobiliários**  
Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial, conforme a Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil, podendo ser classificados de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:  
Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado. Na categoria títulos disponíveis para venda, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias descritas negociação ou disponíveis para venda, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.  
Na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

**(e) Operações de crédito, títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**  
As operações de crédito são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).  
As rendas das operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.  
As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação pelo período de seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.  
O saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora é composto por Provisão Específica, calculada segundo requisitos mínimos da Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN e por Provisão Adicional, calculada através de Modelos Internos, cuja mensuração considera entre outros, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos em diferentes estágios, como se observa nas definições a seguir:  
Estágio 1 - Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ou temos em conta os instrumentos financeiros que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial. Nesse estágio, também são incluídas operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 2;  
Estágio 2 - Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, registra-se uma penalização na provisão maior que no estágio 1. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 3;  
Estágio 3 - Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mas agravando a PD "*Probability of default*" para 100%.  
O detalhamento da composição e o saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora podem ser observados na Nota 9.

**(f) Investimentos**  
O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.  
**(g) Imobilizado**  
São registrados pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.  
O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.  
**(h) Intangível**  
O ativo intangível está representado por gastos com desenvolvimento de *software*, projetos em desenvolvimento e licenças de *software*. A amortização para esses intangíveis é calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil ou dos benefícios futuros definidos.  
As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Financiadora, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:  
• É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;  
• A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;  
• Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;  
• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*;  
• Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.  
Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.  
Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

**(i) Imposto de renda e contribuição social correntes**  
As alquotas aplicáveis são de 15% para a contribuição social e de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 mil no exercício, para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes e temporárias sobre as respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.  
**(j) Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional, que determinam que a Financiadora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, às seguintes condições:  
• Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;  
• Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.  
É constituído crédito tributário de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%), calculado sobre as diferenças temporais, representadas pelo montante das despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins do referido imposto e contribuição. A realização desses ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis.

**(k) Depósitos e demais instrumentos financeiros**  
São demonstrados pelo valor de exigibilidade e registradas pelo valor recebido, acrescidas pelos encargos pactuados e apropriados em cada período mensal.  
**(l) Ativos e passivos contingentes**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 de

Passivos contingentes descritos abaixo:  
• Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;  
• Provisões e contingências passivas - provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

**(m) Provisão para recuperação de ativos (*Impairment*)**  
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.  
Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.  
**(n) Outros ativos e outros passivos**  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).  
**(o) Resultado recorrente / não recorrente**  
As políticas internas da Financiadora consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disso, a Administração da Financiadora considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos três anos seguintes.  
Atendendo à Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024, os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 24.  
**(p) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura**  
• **Instrumentos financeiros**  
Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, a Financiadora está implementando mudanças nos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, exceto para a contabilidade de *hedge* que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. Essa norma substitui os critérios anteriormente estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e aproxima a contabilidade aplicável a instrumentos financeiros com as práticas internacionais.  
As principais mudanças referem-se: à classificação de modelo de negócios dos instrumentos financeiros; ao reconhecimento de juros em caso de atraso; ao reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; à baixa a prejuízo; e ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada e classificação das operações com problemas de crédito.  
Considerando que a Financiadora é classificada como uma instituição do Segmento S4, torna-se necessária a adoção do cálculo de provisão com base nos critérios estabelecidos pela metodologia simplificada, conforme previsto no Artigo 13 da Resolução BCB nº 352/2023. Essa metodologia considera percentuais fixos de provisão, aplicados de acordo com a classificação das operações de crédito em diferentes carteiras, conforme definido nos anexos da Resolução. No âmbito tributário, a Lei nº 14.467/22 alterou as regras de dedução das perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em alinhamento com os requisitos de provisionamento estabelecidos pelas referidas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, viabilizando a manutenção do tratamento tributário das despesas decorrentes da aplicação do novo modelo.  
A Lei nº 15.078/24 estabeleceu que as perdas apuradas em 01/01/2025, relativas aos créditos que se encontrem inadimplidos em 31/12/2024 que não tenham sido deduzidas até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos), a partir do mês de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas no ano de 2025 em montante superior ao lucro real do exercício e as perdas não deduzidas em 2025, terão o mesmo tratamento do estoque das perdas apuradas em 01/01/2025.  
A Financiadora, como efeito da adoção inicial da mudança no modelo no provisionamento de perda esperada associada ao risco de crédito, estima um aumento no Patrimônio Líquido de aproximadamente 4%, líquido dos efeitos fiscais.

• **Arrendamento mercantil**  
Resolução CMN nº 4.975/21 estabelece os critérios contábeis para as operações de arrendamento mercantil realizadas por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições deverão seguir o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, no que se refere ao reconhecimento, à mensuração, apresentação e divulgação dessas operações, conforme a regulação específica. Essa Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025. No momento da adoção, não foram identificados nas Financiadora contratos com impactos relevantes para a aplicação inicial retroativa, conforme facultado pela norma.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>		
Disponibilidades		
Moeda nacional	91.094	52.266
Moeda estrangeira	495	392
	91.589	52.658
Vencimento até 90 dias		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	30.089
Aplicações em operações compromissadas	299.997	520.112
Total	391.586	602.859

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Aplicações interfinanceiras</b>		
Aplicações em operações compromissadas		
Vencimento até 365 dias	60	67.785
Total	60	67.785

A composição das aplicações financeiras de liquidez registradas no Balanço Patrimonial está representada por aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4) e aplicações em operações compromissadas (Notas 4 e 5).

Títulos mantidos até o vencimento	(%)	Valor de mercado em 31/12/2024	Valor do custo em 31/12/2024	Até 1 ano	Acima 1 ano
<b>Títulos públicos</b>					
Carteira própria					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100 a.a. da Selic	141.129	141.154	141.154	-
		141.129	141.154	141.154	-
		<b>Valor de mercado em 31/12/2024</b>	<b>Valor do custo em 31/12/2024</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Acima 1 ano</b>
		265.459	265.521	265.521	-
		265.459	265.521	265.521	-

Títulos mantidos até o vencimento	(%)	Valor de mercado em 31/12/2023	Valor do custo em 31/12/2023	Até 1 ano	Acima 1 ano
<b>Títulos públicos</b>					
Carteira própria					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100 a.a. da Selic	264.857	264.809	106.364	158.445
		264.857	264.809	106.364	158.445

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>Resultado de operações com intermediação financeira</b>			
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Notas 4 e 5)	23.110	41.960	69.133
Títulos públicos (Notas 4 e 6)	15.256	27.017	31.899
Outros	102	189	36
Total	38.468	69.166	101.068

**7. Instrumentos financeiros derivativos**  
A Financiadora pode se utilizar de instrumentos financeiros derivativos para atender às suas necessidades próprias, de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Financiadora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

**8. Operações de crédito**  
As informações da carteira, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são assim sumarizadas:  
(a) A composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, por modalidade de operação, está assim representada:

	31/12/2024	31/12/2023
Direitos creditórios descontados	16.959	198.860
Risco sacado (i)	-	5.977
Capital de giro	80.120	75.015
Operações de crédito	1.899.126	1.819.423
Total de operações de crédito	1.996.205	2.099.275
Títulos e créditos a receber (ii)	2.161.128	2.383.683
Total de títulos e créditos a receber	2.161.128	2.383.683
Total da carteira	4.157.333	4.482.958
Circulante	3.864.076	4.393.125
Não Circulante	293.257	89.833

(i) É um processo de antecipação de recebíveis pela modalidade de cessão de crédito, onde a Financiadora antecipa o valor do recebível com deságio ao fornecedor na data solicitada e recebe o valor integral do comprador na data original do pagamento.  
(ii) Operações com cartão de crédito *private label* e bandeirado.

Em 22 de março de 2024, a Financiadora celebrou contrato de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 35.260, o efeito no resultado foi desconto de R\$ 229.817, reversão da provisão de R\$ 244.766 e recuperação de R\$ 20.311 e estão demonstrados no resultado sob as rubricas "Operações de crédito", "Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito" e "outras despesas operacionais", respectivamente.

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.  
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:  
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



# PEFISA S.A.

## CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 43.180.355/0001-12

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (...continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 16 de julho de 2024, a Financiadora celebrou contrato de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 11.890, o efeito no resultado foi desconto de R\$ 175.111, e recuperação de R\$ 445 e estão demonstrados no resultado sob as rubricas "Operações de crédito", e "outras despesas operacionais", respectivamente. Ao final do exercício de 2024, o saldo de valores renegociados com clientes é no valor de R\$ 252.531 (R\$ 369.250 em 31 de dezembro de 2023).

(b) O vencimento da carteira de operações de crédito apresenta o seguinte perfil:

Prazo	31/12/2024				31/12/2023			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 30 dias	1.057.531	34,07	127.153	12,07	1.229.728	37,48	145.707	12,12
De 31 a 60 dias	538.431	17,35	67.664	6,42	601.505	18,33	99.848	8,31
De 61 a 90 dias	353.847	11,40	77.697	7,37	397.612	12,12	121.145	10,08
De 91 a 180 dias	552.651	17,81	253.806	24,09	616.487	18,79	350.825	29,18
De 181 a 365 dias	307.867	9,92	527.377	50,05	345.706	10,54	484.552	40,31
Acima de 365 dias	293.257	9,45	52	0,00	89.833	2,74	10	0,00
	<u>3.103.584</u>	<u>100</u>	<u>1.053.749</u>	<u>100</u>	<u>3.280.871</u>	<u>100</u>	<u>1.202.087</u>	<u>100</u>

(c) Por característica de cliente:

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoa jurídica	207.441	279.852
Pessoa física	3.949.892	4.203.106
Saldo final	<u>4.157.333</u>	<u>4.482.958</u>

(d) Receitas de operações de crédito

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Crédito pessoal	548.409	1.127.852	1.041.355
Direitos creditórios descontados	19.266	44.640	41.533
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.054	33.363	38.916
	<u>575.729</u>	<u>1.205.855</u>	<u>1.121.804</u>

#### 9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	921.088	848.265	587.082
Complemento / reversão	294.482	593.451	890.421
Baixas contra a provisão (i)	(421.589)	(647.735)	(629.238)
Saldo final	<u>793.981</u>	<u>793.981</u>	<u>848.265</u>

Composição da carteira por nível de risco:

Nível	31/12/2024			31/12/2023			
	A vencer	Vencidos	Total	de provisão	contabilizada	Total	contabilizada
A	2.752.166	69.007	2.821.173	0,5	14.106	2.995.088	14.975
B	41.140	47.980	89.120	1	891	105.348	1.053
C	82.794	66.489	149.283	3	4.478	182.228	5.467
D	118.249	82.181	200.430	10	20.043	248.561	24.856
E	23.190	74.024	97.214	30	29.164	144.423	43.327
F	17.025	88.927	105.952	50	52.976	134.572	67.286
G	16.917	91.422	108.339	70	75.837	127.191	89.034
H	52.103	533.719	585.822	100	585.822	545.547	545.547
	<u>3.103.584</u>	<u>1.053.749</u>	<u>4.157.333</u>		<u>783.317</u>	<u>4.482.958</u>	<u>791.545</u>
Complementar (*)					<u>10.664</u>	<u>56.720</u>	<u>56.720</u>
					<u>793.981</u>	<u>848.265</u>	<u>848.265</u>

(\*) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999 do CMN, com base no julgamento e na experiência da Administração.

(i) A Financiadora efetuou a baixa de operações de crédito contra prejuízo após 180 dias da classificação no nível "H".

#### 10. Outros instrumentos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber da Controladora (Nota 23) (i)	300.281	83.072
Imposto de renda e contribuição social a compensar	54.037	78.625
Devedores diversos – País (ii)	126.608	64.522
Devedores por depósito em garantia	8.528	7.540
Outros (iii)	12.134	13.342
	<u>501.588</u>	<u>247.101</u>
Circulante	480.927	226.220
Não Circulante	20.661	20.881

(i) Referem-se aos valores transacionados na Controladora pela parceria de correspondente bancário, pendentes de repasse para a Financiadora.

(ii) Referem-se aos valores a receber pelas parcerias.

(iii) Referem-se, substancialmente, a impostos sobre serviços a compensar.

#### 11. Créditos tributários

A Financiadora adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

(a) Natureza e origem dos créditos tributários

	31/12/2024			31/12/2023		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Provisão para perda associada a risco de crédito (Nota 9)	55.172	33.103	88.275	77.022	46.213	123.235
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	204.300	122.825	327.125	127.337	76.402	203.739
Outras	10.850	6.510	17.360	8.335	5.002	13.337
	<u>270.322</u>	<u>162.438</u>	<u>432.760</u>	<u>212.694</u>	<u>127.617</u>	<u>340.311</u>
Provisão para perda associada a risco de crédito (Nota 9)	77.022	46.213	123.235	77.022	46.213	123.235
Provisão para contingência – PIS e COFINS (Nota 15)	127.337	76.402	203.739	127.337	76.402	203.739
Outras	8.335	5.002	13.337	8.335	5.002	13.337
	<u>212.694</u>	<u>127.617</u>	<u>340.311</u>	<u>212.694</u>	<u>127.617</u>	<u>340.311</u>

(i) Composta pelo acordo firmado com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para regularizar débitos em aberto inscritos na dívida ativa da união e base tributária negativa do exercício (Nota 15).

Com base no atual nível de capitalização e operações da Financiadora e considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2024 tenham a sua realização futura da seguinte forma:

(b) Expectativa de realização

	Realização				
	2025	2026	2027	(*) 2028 a 2032	Total
Créditos tributários de imposto de renda					
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	26.543	28.629	-	-	55.172
Prejuízo fiscal	772	21.822	30.393	151.313	204.300
Outras	6.589	-	4.261	-	10.850
	<u>33.904</u>	<u>50.451</u>	<u>34.654</u>	<u>151.313</u>	<u>270.322</u>
Valor presente	<u>29.542</u>	<u>38.305</u>	<u>22.926</u>	<u>38.208</u>	<u>128.980</u>
Créditos tributários de contribuição social					
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	15.926	17.177	-	-	33.103
Base negativa	463	13.093	18.236	91.033	122.825
Outras	3.954	-	2.556	-	6.510
	<u>20.343</u>	<u>30.270</u>	<u>20.792</u>	<u>91.033</u>	<u>162.438</u>
Valor presente	<u>17.726</u>	<u>22.982</u>	<u>13.755</u>	<u>23.032</u>	<u>77.495</u>
(*) Expectativa de realização	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>	<u>2031</u>	<u>2032</u>
Prejuízo fiscal	31.458	32.558	33.698	34.877	18.722
Base negativa	18.874	19.535	20.219	20.926	11.479

Para fins de determinação do valor presente, da realização futura, estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 14,76% ao ano, referente ao custo médio de captação da Financiadora.

(c) Movimentação dos créditos tributários no período  
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação, segregadas pelas bases para constituição:

	Saldo inicial	Adições	Realizações	Saldo final
<b>Imposto de renda</b>				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	77.022	148.363	(170.213)	55.172
Provisão para contingência – PIS e COFINS (Nota 15)	127.337	-	(127.337)	-
Prejuízo fiscal (Nota 15)	-	204.300	-	204.300
Outras	8.335	10.850	(8.335)	10.850
Total	<u>212.694</u>	<u>363.513</u>	<u>(305.885)</u>	<u>270.322</u>
<b>Contribuição social</b>				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	46.213	89.018	(102.128)	33.103
Provisão para contingência – PIS e COFINS (Nota 15)	76.402	1.904	(78.306)	-
Base negativa (Nota 15)	-	122.825	-	122.825
Outras	5.002	6.510	(5.002)	6.510
Total	<u>127.617</u>	<u>220.257</u>	<u>(185.436)</u>	<u>162.438</u>
<b>31 de dezembro de 2024</b>	<u>340.311</u>	<u>583.770</u>	<u>(491.321)</u>	<u>432.760</u>
<b>31 de dezembro de 2023</b>	<u>284.821</u>	<u>161.705</u>	<u>(106.215)</u>	<u>340.311</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social haviam sido reconhecidos pela Financiadora.

(d) Despesa com imposto de renda e contribuição social

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(159.740)	(217.978)	(92.667)
Alíquota vigente	40%	40%	40%
Despesa de IRPJ e CSLL	(63.896)	(87.191)	(37.067)
(Adições) exclusões permanentes			
Gratificação à Diretoria, multas e brindes	403	729	779
IOF assumido empresa	581	1.379	1.552
Resultado de participação em controladas	(827)	(2.165)	(2.286)
Incentivo de inovação tecnológica (Lei nº 11.196/2005)	-	-	(18.830)
Demais adições	(580)	(4.887)	2.129
Resultado de IRPJ e CSLL no período	(64.319)	(92.135)	(53.723)
Corrente	-	(314)	(1.767)
Diferido	64.319	92.449	55.490
% alíquota efetiva	40%	42%	58%

#### 12. Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Aporte para expansão (i)	-	2.575
Comissões a apropriar (ii)	15.990	21.873
Despesas antecipadas (iii)	305.401	335.235
Total	<u>321.391</u>	<u>359.683</u>

(i) Investimento em abertura das lojas que atuam como nossos correspondentes bancários.

(ii) As despesas de comissão por intermediação sobre captação de recursos de aceites cambiais e cédulas de depósitos a prazos são amortizados linearmente pelo prazo de duração dos seus respectivos contratos, que variam até dois anos.

(iii) Composto substancialmente por (i) R\$ 255.000 (R\$ 285.000 em 2023) relativo ao pagamento antecipado (Nota 23), referente ao contrato de prestação de serviços de distribuição de produtos da Financiadora, firmado em 2023, para o período de dez anos; e (ii) R\$ 50.402 (R\$ 50.235 em 2023) relativo aos gastos com aquisição de materiais e insumos relacionados com emissão de cartões de crédito e débito e são amortizados no prazo de três anos de forma linear, prazo no qual se espera a geração de resultados futuros.

#### 13. Imobilizado e intangível

	Taxa anual depreciação	31/12/2024	31/12/2023
<b>Imobilizado</b>			
Saldo anterior		263.933	176.106
Adição			
Desenvolvimento tecnológico em andamento	-	59.425	88.811
Softwares	20%	-	11.904
Transferência para intangível		(320.633)	-
Depreciação		(365)	(12.888)
Total		<u>2.360</u>	<u>263.933</u>
<b>Intangível</b>	<b>Taxa anual amortização</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Saldo anterior		50.855	52.003
Adição			
Desenvolvimento tecnológico em andamento	-	294.047	-
Softwares	20%	26.586	-
Baixa			
Venda de ativo tecnológico (i)		(110.363)	-
Perda por redução ao valor recuperável (Nota 24) (ii)		(71.263)	-
Amortização		(16.572)	(1.148)
Total		<u>173.290</u>	<u>50.855</u>

(i) Venda de softwares por estratégia de negócios da Financiadora.

(ii) Baixa de softwares por adequação a novos cenários que inviabilizam a sua continuidade.

#### 14. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes

	31/12/2024	31/12/2023
<b>(a) Diversificação por produto</b>		
Depósitos a prazo	2.550.019	2.456.556
Contas de pagamentos	58.841	51.254
Recursos de aceites cambiais	2.557	16.000
Total	<u>2.611.417</u>	<u>2.523.810</u>
<b>(b) Diversificação por prazo</b>		
Sem prazo	58.841	51.254
Vencimento até 365 dias	1.076.070	455.873
Vencimento acima de 365 dias	1.476.506	2.016.683
Total	<u>2.611.417</u>	<u>2.523.810</u>

Em 31 de dezembro de 2024, o custo médio de captação é de 120,53% a.a. do CDI com prazo médio remanescente de dois anos (119,98% a.a. do CDI com prazo médio de 2,74



# PEFISA S.A.

## CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 43.180.355/0001-12

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (...continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
<b>16. Outros passivos</b>			<b>23. Partes relacionadas</b>		
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados (cartão de crédito) (i)	1.801.065	1.862.099	<b>(a) Transações e saldos</b>		
Outras (ii)	109.054	104.533	Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, inclusive os respectivos efeitos em contas de resultado, efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são os seguintes:		
Valores a pagar às sociedades ligadas (Nota 23)	6.438	68.000			
PIS e COFINS a recolher (iii)	74.755	6.751			
Imposto de renda	-	641			
Contribuição social	-	92			
Total circulante	1.991.312	2.042.116			
(i) Referem-se a débitos originários de aquisições de bens e serviços por usuários de cartão de crédito, pendentes de pagamentos aos estabelecimentos comerciais filiados.					
(ii) Referem-se a credores diversos a pagar e saldo credor portador.					
(iii) Principal variação ocorreu pela adesão ao acordo com a PGFN (Nota 15).					
<b>17. Patrimônio líquido</b>					
Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 871.000.000 (508.000.000 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias no valor de um real cada.					
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 9 de outubro de 2024, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 243.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo BACEN em 17 de outubro de 2024.					
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2024, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 20.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo BACEN em 14 de outubro de 2024.					
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2024, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 50.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo BACEN em 21 de junho de 2024.					
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 50.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo BACEN em 21 de junho de 2024.					
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de novembro de 2023, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 60.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo BACEN em 9 de janeiro de 2024.					
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2023, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 100.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo BACEN em 8 de setembro de 2023.					
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de janeiro de 2023, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 50.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo BACEN em 11 de maio de 2023.					
Reserva de lucros – Estatutária					
Poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Financiadora, bem como para garantir futuras distribuições de dividendos.					
Reserva de lucros – Legal					
A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.					
O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.					
<b>18. Receitas de prestação de serviços</b>					
	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023		
Rendas de serviços prioritários – PF					
Cartão de crédito diferenciado	13.501	28.661	25.173		
Receita de outros serviços (*)	128.124	253.088	188.425		
	49.233	105.803	116.393		
Total	190.858	387.552	329.991		
(*) Referem-se às comissões recebidas de parcerias para oferta de serviços a usuários do cartão de crédito e débito.					
<b>19. Despesas de pessoal</b>					
	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023		
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	4.631	8.038	5.510		
Benefícios	2.074	3.981	3.442		
Encargos sociais	4.326	8.121	5.876		
Proventos	17.197	26.100	28.745		
Outros	33	40	40		
Total	28.261	46.280	43.613		
<b>20. Outras despesas administrativas</b>					
	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023		
Processamento de dados	66.955	125.664	93.578		
Despesas compartilhadas (Nota 23 (a))	149	2.125	24.517		
Serviços de terceiros	38.564	73.928	56.068		
Serviços do sistema financeiro	23.002	47.007	41.447		
Depreciação e amortização (i)	80.804	88.200	14.036		
Comunicação	3.435	7.916	8.160		
Serviços técnicos	9.545	14.375	8.777		
Indenizações judiciais / cíveis	1.288	1.902	1.588		
Outras	23.324	49.148	37.145		
Total	247.066	410.265	285.316		
(i) Baixa de softwares (Nota 13).					
<b>21. Despesas tributárias</b>					
	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023		
ISS	5.666	11.743	15.091		
PIS e COFINS	37.116	87.600	95.529		
Outros	1.338	3.730	4.019		
Total	44.120	103.073	114.639		
<b>22. Outras receitas / despesas operacionais</b>					
	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023		
<b>Outras receitas operacionais</b>	142.296	298.531	291.855		
Receitas de intermediação (cartão de crédito)	85.145	173.354	148.243		
Antecipações de obrigações	15.006	29.016	45.900		
Receitas de parcerias	36.998	78.613	96.835		
Juros	400	12.801	877		
Outras	4.747	4.747	-		
<b>Outras despesas operacionais</b>	(335.293)	(721.696)	(275.750)		
Descontos concedidos (i)	(254.612)	(570.865)	(146.123)		
Despesas com cartão de crédito	(50.022)	(90.921)	(83.218)		
Correspondente bancário	(3.655)	(7.390)	(7.550)		
Outras	(27.004)	(52.520)	(38.859)		
Total	(192.997)	(423.165)	16.105		
(i) No segundo semestre de 2024, a Financiadora celebrou contrato de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 11.890, o efeito no resultado foi desconto de R\$ 175.111, conforme demonstrado na Nota 8.					

## A DIRETORIA

MARIA HELENA ROVANI DA SILVA  
Contadora - CRC 1SP198981/O-3

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento  
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financiadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financiadora em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financiadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Financiadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Financiadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financiadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financiadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financiadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financiadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financiadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financiadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria da Financiadora para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Financiadora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria da Financiadora e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2025.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Wiliam Shigueaki Tatebe  
Contador CRC 1SP253071/O-3



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.  
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:  
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>